

A PRÁTICA EXTENSIONISTA NO ESCRITÓRIO MODELO JOÃO BEM: EXPERIÊNCIAS EM ATHIS, COMUNICAÇÃO POPULAR E MELHORIAS HABITACIONAIS

EDUARDA DE JESUS TEIXEIRA¹; LUISA AZEVEDO DOS SANTOS²;

NATÁLIA DOS SANTOS PETRY³:

¹*Universidade Federal de Pelotas – dudateixeiraufpel@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – arqluisa.azevedo@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – natalia.petry@ufpel.edu.br*

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo relatar e refletir sobre o desenvolvimento do estágio obrigatório realizado no Escritório Modelo JoãoBem (EMAU JoãoBem), vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), entre abril e agosto de 2025. As atividades desenvolvidas contemplaram diferentes eixos formativos, com destaque para as atividades voltadas para Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), com a produção de materiais educativos e ainda a gestão das redes sociais do EMAU. Por meio de atividades práticas, foram consolidados conhecimentos técnicos e aprimoradas competências relativas às atividades técnicas de arquitetura e urbanismo, com ênfase em ATHIS, reforçando o papel da extensão universitária como instrumento de transformação social.

O Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (PPC) organiza-se a partir de uma concepção formativa ampla e interdisciplinar, alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais e ao compromisso institucional da UFPel com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Seu objetivo central é formar profissionais generalistas, com sólida base técnica e conceitual, capazes de compreender e intervir criticamente no espaço construído em diferentes escalas — do objeto à cidade e à região — articulando dimensões sociais, culturais, ambientais e tecnológicas. Para alcançar tal propósito, o currículo é estruturado em torno das atividades projetuais como eixo integrador, desenvolvidas em ateliês e disciplinas teórico-práticas que promovem a síntese entre fundamentos conceituais e conteúdos profissionais. A formação é complementada por atividades extensionistas obrigatórias, estágios supervisionados, disciplinas optativas organizadas em blocos e pela possibilidade de flexibilização curricular, permitindo a construção de percursos acadêmicos singulares. Dessa forma, o PPC busca assegurar ao egresso não apenas competências técnicas, mas também autonomia intelectual, senso crítico e responsabilidade social, preparando-o para atuar de forma ética, inovadora e comprometida com o desenvolvimento sustentável, bem como com as demandas regionais e globais (UFPel, 2016; Resolução CNE/CES nº 2/2010; Lei nº 12.378/2010).

A extensão universitária, compreendida como processo educativo, cultural e científico que articula ensino e pesquisa com demandas sociais, configura-se como elemento central na formação acadêmica (FORPROEX, 2012). No campo da Arquitetura e Urbanismo, a atuação extensionista possibilita ao estudante vivenciar a realidade urbana e habitacional de comunidades vulneráveis,

contribuindo para a construção de soluções técnicas e sociais contextualizadas (LARA, 2011).

Nesse sentido, o EMAU JoãoBem é um coletivo fundado em 1989, que no ano de 2022, passou por um processo de reorganização, o que permitiu a atuação em múltiplas frentes de trabalho, tais como: 1. Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS); 2. Canteiro Experimental e ações coletivas e 3. Ações emergenciais. A primeira frente atua com a ATHIS em conjunto com a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), atendendo famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda frente articula encontros teóricos e práticos no formato de oficinas e mutirões, a fim de promover a valorização dos saberes populares, de técnicas e culturas construtivas ecológicas através de Canteiro Experimental. A última frente está atrelada a ação do EMAU no enfrentamento das consequências das mudanças climáticas.

A partir desta organização e de acordo com o PPC do curso de Arquitetura e Urbanismo, FAUrb/UFPel, foi possível implementar a realização de estágio obrigatório junto ao projeto unificado com ênfase em extensão para os alunos da graduação.

A experiência aqui relatada está inserida no contexto da ATHIS, prevista pela Lei nº 11.888/2008, que garante às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e construção de habitação de interesse social, sendo desenvolvida por meio de escritórios-modelos através de programas de extensão universitária (BRASIL, 2008).

2. ATIVIDADES REALIZADAS

O estágio obrigatório, foi desenvolvido no período de 25/05/25 à 30/08/25, com carga horária de 17 horas semanais. Durante este período, foram realizadas atividades em diferentes frentes de trabalho: 1. Gestão das mídias sociais; 2. ATHIS; 3. Arquitetura de Interiores.

Em relação a gestão das mídias sociais foi realizada a divulgação das ações executadas e conteúdos educativos voltados à população em geral. Essa estratégia ampliou o alcance das atividades, fortalecendo o vínculo entre universidade e comunidade estimulando a participação social nos processos urbanos. Também foram produzidos *folders* técnicos explicativos sobre regularização edilícia, parcelamento e usucapião. Elaborados com linguagem acessível para a comunidade, com base em princípios da comunicação popular e da pedagogia dialógica de Freire (1987), buscando ampliar o acesso à informação sobre direitos urbanos e procedimentos legais. A Figura 1 ilustra os materiais desenvolvidos.



Figura 1: Material desenvolvido. (a) Folder; (b)Post Instagram. Fonte: Acervo EMAU JoãoBem

No âmbito da ATHIS, foram realizadas visitas domiciliares em áreas urbanas de Pelotas, priorizando famílias com renda de até três salários mínimos, conforme previsto na Lei nº 11.888/2008 e convênio estabelecido entre a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul e o EMAU JoãoBem. Nessas visitas, foram realizados levantamentos técnicos, diagnósticos habitacionais e escuta qualificada das necessidades dos moradores, permitindo compreender não apenas as condições físicas da moradia, mas também os aspectos culturais e simbólicos que a envolvem.

Quanto à arquitetura de interiores, foram realizados levantamentos técnicos, plantas baixas com propostas de reorganização espacial e criação de mobiliários em modelagem 3D para a Livraria e Editora da UFPel. As soluções propostas visaram melhorar o conforto e a funcionalidade, preservando elementos da identidade cultural. A Figura 3, mostra o processo de reorganização espacial realizado na Livraria e Editora da UFPel.



Figura 3: Reorganização espacial. Fonte: Acervo EMAU JoãoBem

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência no Escritório Modelo JoãoBem evidenciou que a extensão universitária é um espaço privilegiado para a construção de uma formação profissional crítica, ética e socialmente engajada. A participação nas atividades da ATHIS, na elaboração de materiais educativos e na gestão da comunicação institucional permitiu compreender a complexidade do direito à moradia digna e a importância da informação acessível como ferramenta de emancipação social. A ATHIS representa uma política pública essencial para garantir o direito à moradia

digna, sendo a atuação universitária nesse campo uma forma concreta de fortalecer a cidadania. Essa abordagem reforça a concepção de que o arquiteto atua como agente de transformação social, capaz de traduzir demandas subjetivas e objetivas em soluções espaciais concretas.

No eixo de Arquitetura de Interiores, as atividades buscaram qualificar espaços internos com foco na funcionalidade, conforto ambiental e valorização da identidade cultural dos usuários. Essa experiência de projetar para a Livraria e Editora da UFPel permitiu compreender a importância da arquitetura de interiores como ferramenta de transformação cotidiana, capaz de impactar diretamente o bem-estar das pessoas e a apropriação dos espaços, mesmo em intervenções de pequena escala.

Como defendido pelo FORPROEX (2012), a extensão deve integrar ensino, pesquisa e compromisso social, e a experiência relatada confirma que essa articulação contribui para a formação de profissionais capazes de atuar de maneira sensível e transformadora frente aos desafios urbanos brasileiros.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm. Acesso em: 11 ago. 2025.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2012. (Coleção Extensão Universitária; v. 7).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LARA, Fernando. *Arquitetura e compromisso social: notas para uma agenda*. São Paulo: Annablume, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. *Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo*. Pelotas: UFPel, 2016.

UFPel, 2016; Resolução CNE/CES nº 2/2010; Lei nº 12.378/2010